



MERCOSUL/RAADH/FCCP/ATA Nº 04/08

**XIV REUNIÃO DE ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E
CHANCELARIAS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS**

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, nos dias 11 e 12 de novembro de 2008, a XIV Reunião das Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das delegações da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai como Estados Parte, República da Bolívia, República do Chile, República da Colômbia e República Bolivariana da Venezuela como Estados Associados.

A lista das Delegações participantes figura como Anexo I da presente Ata.

A agenda aprovada da reunião figura como Anexo II da presente Ata.

O Secretário Especial dos Direitos Humanos da República Federativa do Brasil, Paulo de Tarso Vannuchi, inaugurou a Reunião dando as boas-vindas e agradecendo a presença das delegações.

Em continuidade, o Ministro informou sobre a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, da qual resultará o III Plano Nacional de Direitos Humanos do Brasil. Fez menção ao sentimento de emoção e de esperança que o mundo sentiu com o resultado das eleições norte-americanas, especialmente a esperança de um mundo em paz, objetivo de mais longo prazo na área dos direitos humanos. É o primeiro presidente afro-descendente, com conhecimento, por sua história pessoal, sobre como é a vida em países da África e da Ásia. Manifestou que a perspectiva anunciada de diálogo de paz precisa ser saudada nesse ano em que se comemoram os 60 anos da Declaração.

No que concerne a passagem para a PPT paraguaia, o Ministro informou que sugestões de introdução de novos temas serão transmitidas pela PPT brasileira à PPT paraguaia, destacando-se 1) o trabalho escravo, 2) a questão das drogas sob o enfoque dos direitos humanos – não sob o enfoque da segurança pública, 3) a educação em direitos humanos. Sobre o último ponto, propôs que o MERCOSUL pensasse em diretrizes, que incluíssem a formação de agentes de segurança pública e de membros das Forças Armadas, e que inserissem o tema no currículo de todos os cursos na área de Humanidades nas Universidades, bem como nas faculdades de Educação Física – as quais devem pensar também nos jogos paraolímpicos – e nas faculdades de Engenharia, para que formem profissionais qualificados para realizar obras com acessibilidade. Sobretudo, ressaltou, deve-se assegurar que a educação em direitos humanos comece na infância, na escola.

O Ministro lembrou que a recomendação de Viena é clara: os países devem construir um Plano Nacional de Direitos Humanos. Sugeriu que os países também considerassem o tratamento dado ao tema dos direitos humanos no plano institucional.